

CT
Q1

Reunião Ordinária – Ata nº 16/2012

Data – 2012-08-20

Início – 14.35 horas

Local – Cidade de Abrantes, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho

Termo – 16.25 horas

Presenças:

Presidente Maria do Céu de Oliveira Antunes Albuquerque

Vereadores Celeste Maria Ferreira Riachos Simão
Manuel Jorge Séneca Valamatós dos Reis
António Manuel de Santana Maia Leonardo
António Manuel Belém e Ferreira Coelho
Carlos Manuel Godinho Gonçalves Arês

Chefe da Divisão Administrativa e de Modernização – Catarina Alexandra Justino Santos



Falta justificada: Não esteve presente na reunião, o Vereador, Rui Miguel dos Santos Serrano, por se encontrar de férias.



Resumo Diário da Tesouraria de 17-08-2012:

a) Dotações Orçamentais..... €2.781.314,77
b) Dotações não Orçamentais..... €60.363,94

Total das Disponibilidades €2.841.678,71



A Presidente da Câmara declarou aberta a reunião, quando eram catorze horas e trinta e cinco minutos.

Foi aprovada, por maioria, com a abstenção da Presidente da Câmara, Maria do Céu de Oliveira Antunes Albuquerque, por não ter estado presente, a parte da ata relativa às intervenções do executivo, da reunião anterior, com exceção das deliberações aprovadas em minuta.

Foi dispensada a sua leitura, por ter sido distribuída previamente a todos os membros da Câmara Municipal.



at
al

INTERVENÇÕES DOS MEMBROS DO EXECUTIVO ANTES DA ORDEM DO DIA

(Artigo 86º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei Nº 5-A/2002, de 11 de janeiro)

PRESIDENTE DA CÂMARA

A Presidente da Câmara, começou por dar conhecimento de uma carta enviada por Rui Manuel Vale Rodrigues, residente em Cabrito, Abrantes, a remeter um DVD com uma apresentação e fotos do Dia da Marinha do Tejo, realizado no dia 23 de Junho de 2012, na qual explica o que é a Marinha do Tejo, a sua importância, bem como a sua ligação a Abrantes, referindo também que nesse dia foi feita homenagem ao Sr. Armando e ao Sr. Abreu.

Tomado conhecimento.



De seguida, deu conhecimento do Guia de Eventos 2º Semestre 2012, elaborado pela Turismo Lisboa e Vale do Tejo, com referência a algumas atividades a realizar no concelho de Abrantes.

Tomado conhecimento.



Deu também conta da publicação do "Guia das praias fluviais e zonas balneares da região centro", onde vêm referenciadas as praias fluviais do concelho de Abrantes, designadamente, Praia Fluvial de Aldeia do Mato e Aquapolis.

Tomado conhecimento.



Deu igualmente conhecimento de uma publicação da revista "invest", fazendo referência à Gala Invest 2012, onde foram distinguidas 225 empresas, escolhidas como as melhores representantes do centro nevrálgico do País, entre as quais se encontra a Tejo Energia.

Tomado conhecimento.

Handwritten signature

A Presidente da Câmara deu conta que, a revista "Exame" de julho de 2012, publicou o Ranking das 100 ECE - as melhores entre as empresas de crescimento elevado - no período de 2007 - 2010, entre as quais se encontra a empresa TRM, sediada em Abrantes.

Tomado conhecimento.



Deu também conhecimento do pedido da Delegação de Tomar da Cruz Vermelha Portuguesa, a solicitar autorização para o desenvolvimento de algumas atividades lúdicas e ao mesmo tempo educativas, na Praia Fluvial de Aldeia do Mato, no âmbito do projeto "Esquadrão do Sol", com o objetivo de alertar os jovens portugueses para os riscos existentes durante a época balnear, nomeadamente, a exposição solar excessiva e o afogamento.

Tomado conhecimento.



Apresentou o ofício refª 458827 de CP -Comboios de Portugal, EPE, datado de 1 de agosto de 2012, a dar conhecimento que, na sequência do encerramento do Ramal de Cáceres (Torre das Vargens - Marvão), o Lusitânia Comboio Hotel deixará de realizar serviço comercial no referido ramal. - 84841

Perante tal facto, tonou-se incontornável a alteração do percurso e lei de paragens do serviço Lusitânia, pelo que a CP reformulou desde o dia 15 de agosto, o serviço entre Lisboa e Madrid, passando o comboio Lusitânia a circular pela linha da Beira Alta.

Assim sendo, a implementação desta solução, implica as seguintes alterações:

- Deixa de efetuar paragem em Abrantes e Marvão Beirã;
- São introduzidas as paragens de Pombal, Coimbra B, Mangualde, Guarda e Vilar Formoso.

Tomado conhecimento e concordar com a sugestão da Presidente da Câmara no sentido de dar conta do desagrado da Câmara Municipal de Abrantes sobre esta alteração porque, mais uma vez, o concelho vê reduzido o serviço público prestado à sua população, no que diz respeito a transportes ferroviários.



Deu conta de um acordo de parceria entre a Câmara Municipal de Abrantes e o Centro Social do Pessoal do Município de Abrantes, com vista à criação de uma sala para refeições, destinada aos colaboradores da Câmara Municipal de Abrantes.

Tomado conhecimento.

A Presidente da Câmara deu igualmente conta de um ofício enviado pelo Gabinete do Secretário de Estado das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, a informar que o troço da EN2 entre a Rotunda do Olival e a Ponte sobre o rio Tejo e os troços da EN3 e EN244-3, correspondentes à Avenida António Farinha Pereira, constituem a única ligação no concelho, entre o IP6/A23 e a EN 118, integrando o corredor atual definido no Plano Rodoviário Nacional para o IC9, pelo que considera que, até decisão sobre a materialização do referido itinerário, se encontram a assegurar a respetiva função, não devendo ser transferidos para o património municipal.

Quanto às acessibilidades à fábrica da Mitsubishi no Tramagal, refere que a EP. SA., desenvolveu o Estudo Prévio do IC9, Abrantes/Ponte de Sor, que obteve declaração de impacte ambiental desfavorável relativamente à ligação ao Tramagal, estudada nesse âmbito.

A propósito deste assunto, a Presidente da Câmara informou que, irá responder no sentido de demonstrar particular preocupação com a encosta do Castelo, que se agravou com o recente incêndio, solicitando uma intervenção rápida nos taludes.

Tomado conhecimento.



Apresentou a listagem de processos de despesa realizada em julho de 2012, ao abrigo do parecer genérico para 2012 aprovado na reunião da Câmara Municipal de 23 de janeiro de 2012, e para cumprimento do disposto no nº 3 do artigo 2º da Portaria nº 9/2012, de 10 de janeiro, que regula os termos e a tramitação do parecer prévio à contratação previsto na LOE 2012. - 82406

Tomado conhecimento.



Deu conhecimento da anulação dos montantes não executados relativos ao Findesp 2010/2011 – linha 1, nomeadamente, Associação Multidesportiva de Abrantes (3.750,00€) e Team Baeta (2.325,00€). – 72014

Tomado conhecimento.



Nº 45 - Apresentou a informação nº 17/2012/PV do Serviço de Assuntos Jurídicos da Divisão Jurídica, datada de 10 de agosto de 2012, acerca do pedido apresentado por Teresa Reis Graça Campos, para rescisão do contrato de arrendamento celebrado com a Câmara Municipal de Abrantes, referente ao fogo municipal sito no Bairro Municipal, nº 25, em Abrantes, assim como, alegado direito de transmissão para o filho da arrendatária. – 85216

Handwritten signature

Reconhecendo a urgência de deliberação imediata sobre este assunto, foi dado cumprimento ao disposto no artigo 83º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro.

Deliberação Aprovada em Minuta: Por unanimidade, aceitar o pedido feito por Teresa Reis Graça Campos, para rescisão do contrato de arrendamento do fogo municipal sito no Bairro Municipal, nº 25, em Abrantes, concedendo-se o prazo de 30 dias para proceder à entrega da chave no serviço municipal competente e à desocupação da casa locada.

Deverá igualmente informar-se a interessada dos direitos do filho maior e ex-marido, nos termos definidos na referida informação do Serviço de Assuntos Jurídicos da Divisão Jurídica, que se dão por transcritos.

Aos respetivos serviços para os devidos efeitos.



Nº 46 - A Presidente da Câmara apresentou uma Informação do Serviço de Educação da Divisão de Educação e Ação Social, datada de 14 de agosto de 2012, dando conta da previsão dos custos dos transportes escolares a efetuar pela Rodoviária do Tejo para o ano letivo 2012/2013, no valor anual de 320.000,00€ (trezentos e vinte mil euros), e a solicitar autorização, para a realização da referida despesa a ser paga à Rodoviária do Tejo. - 85998
Referiu que será reforçado o orçamento, uma vez que não existe dotação suficiente para o cabimento, e que o necessário compromisso ficará dependente da existência de fundos disponíveis. - 85998

Reconhecendo a urgência de deliberação imediata sobre este assunto, foi dado cumprimento ao disposto no artigo 83º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro.

Deliberação Aprovada em Minuta: Por unanimidade, autorizar o pagamento do valor de 320.000,00€ (trezentos e vinte mil euros), à Rodoviária do Tejo, referente aos transportes escolares para o ano letivo de 2012/2013.

Submeter à apreciação da Assembleia Municipal, de acordo com o disposto na alínea a) do nº 1 e no nº 6 do artigo 22º do Decreto-Lei nº 197/99, de 08 de Junho.



Nº 47 - Apresentou uma informação do Diretor do Departamento de Obras e Urbanismo, datada de 10 de agosto de 2012, na sequência do pedido de prorrogação do prazo para requerer emissão de alvará de licença do processo 253/10, referente à construção de um pavilhão em Água Travessa, Bemposta, Abrantes, solicitado por Madiduartes – Sociedade de Serviços Florestais, Lda., sugere a não declaração em definitivo da caducidade da referida licença, fixando-se excecionalmente como data limite para requerer o alvará de licença e proceder ao pagamento das taxas devidas pelo licenciamento, o dia 31 de dezembro de 2012.

Cite
P

Reconhecendo a urgência de deliberação imediata sobre este assunto, foi dado cumprimento ao disposto no artigo 83º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro.

Deliberação Aprovada em Minuta: Por unanimidade, não declarar a caducidade da licença referente ao processo nº 253/10, de acordo com a referida informação do Diretor do Departamento de Obras e Urbanismo, datada de 10 de agosto de 2012, fixando-se o dia 31 de dezembro de 2012, como data limite para requerer o alvará de licença e proceder ao pagamento das taxas devidas pelo licenciamento,

À Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística para os devidos efeitos.



Nº 48 – A Presidente da Câmara apresentou igualmente, outra informação do Diretor do Departamento de Obras e Urbanismo, datada de 17 de agosto de 2012, acerca da viabilidade de legalização de construção de um pavilhão industrial, na Rua Eduardo Duarte Ferreira, 162, em Tramagal, Abrantes, cujo pedido de autorização de instalação (procedimento de declaração prévia) se encontra a decorrer, na Direção Regional da Economia de Lisboa e Vale do Tejo do Ministério da Economia e do Emprego e sobre o qual, a referida Edilidade solicitou informações complementares. - 84923

Reconhecendo a urgência de deliberação imediata sobre este assunto, foi dado cumprimento ao disposto no artigo 83º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro.

Deliberação Aprovada em Minuta: Por unanimidade, homologar o teor da presente informação do Diretor do Departamento de Obras e Urbanismo, e transmitir à DRE-LVT - Direção Regional da Economia de Lisboa e Vale do Tejo do Ministério da Economia, nos termos do nº 3 do artigo 18º do REAI – Regime do Exercício da Atividade Industrial, o seguinte:

- a) Considerar viável a regularização das alterações ao edifício, à luz do instrumento de gestão territorial e do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação;
- b) Esclarecer essa entidade que as normas relativas à faixa de proteção, que caracteriza o espaço verde de proteção à zona industrial, constantes do artigo 32º do Regulamento do Plano de Urbanização do Tramagal, não comprometem essa regularização porquanto são apenas invocadas em caso de novas construções ou de reconstruções que impliquem demolições do edificado, situações que manifestamente, não se verificam no presente caso.



Nº 49 – Apresentou para aprovação, a seguinte Proposta de Deliberação:

"Foram trazidos a público alguns desenvolvimentos recentes relativamente ao processo RPPSolar. Uma vez que o Município se comprometeu com o projeto através do apoio

Ata da reunião de -20- de agosto de 2012

Alta
Fl.

oportunamente concedido, preconiza-se a tomada de deliberação, tendo em conta os pressupostos que se enunciam.

I - O compromisso do Município de Abrantes com o projeto e relacionamento com a Empresa pode sintetizar-se nos seguintes pontos:

- A venda do terreno de Concavada a RPPSolar operada pela escritura de venda exarada em 1/10/2009 foi condicionada à verificação do pressuposto do investimento se realizar. Com efeito, na Assembleia Municipal de 17/7/2009, entre outra documentação inclusive com intervenção de peritos científicos, foi apresentado protocolo onde se previa nomeadamente que "tendo em conta os pressupostos (o que a empresa se propõe oferecer) o Município assume compromissos". A própria escritura exara, entre as declarações de RPP SOLAR – Energias Solares, SA, que aceita a compra, destinando-se o prédio adquirido " à instalação do Projeto Integrado de Energias Solares, genericamente identificado no mencionado protocolo".*
- O apoio do Município foi, pois, condicional, no pressuposto da instalação efetiva das unidades industriais, cuja recalendarização e pressuposto foi, aliás, reafirmado na reunião da Câmara Municipal de 15 de Setembro de 2011.*
- As propostas de venda do terreno, incluindo as condições do protocolo foram aprovadas por unanimidade, quer na Câmara, quer na Assembleia Municipal.*
- O Município acompanhou também o interesse que o empreendimento suscitou ao nível da Administração Central, nomeadamente o reconhecimento de estatuto PIN à candidatura 185 de RPP solar, por ofício do AICEP dirigido à Empresa em 15/9/2009.*
- Perante o atraso do projeto, em 11/7/2011, foi tomada deliberação pela Câmara Municipal no sentido de ser declarada a caducidade do licenciamento titulada pelo alvará nº 177/09 de 09/11/2009, relativo ao processo 336/2009, em nome de RPP Solar — Energias Solares, S.A. pela não conclusão das obras objeto de licenciamento no prazo fixado no mesmo.*
- RPP Solar — Energias Solares, S.A. veio por fax de 23/08/2011, solicitar prorrogação do prazo de audiência prévia para poder apresentar comprovativos de financiamento, apresentando desde logo, recalendarização dos trabalhos ainda por executar (trabalhos de acabamento e arranjos exteriores) a empreender até Novembro de 2011.*
- Em 14/09/2011, veio pronunciar-se, em aditamento ao mencionado fax de 23/08/2011*
- Sobre os comprovativos dos recursos financeiros necessários, RPP Solar procede à junção de declaração emitida pela entidade responsável pelos financiamentos.*
- Refere estar já em negociações com os credores da RPP Solar para pôr termos aos processos judiciais em curso. Porém, "face aos aspetos burocráticos que são necessários prosseguir-se para se alcançar a resolução definitiva das questões – celebração de acordos com os credores, junção aos respetivos processos, homologação pelos respetivos juizes com despacho a ordenar o cancelamento dos ónus em caus, e posterior averbamento junto do Registo Predial - " diz só ser possível fazer prova da resolução cabal e definitiva destas questões na segunda quinzena de Outubro de 2011.*

- Apresenta ainda cronograma descritivo da instalação e início de laboração das unidades industriais, a saber de produção de painéis fotovoltaicos, de produção de células fotovoltaicas, de wafers - estabelecimento industrial do tipo 2-, de produção de lingotes e de instalação de unidade de silício de grau solar, espaçadas entre o último trimestre de 2011 e 2013. Afirma que a última instalação, de produção de silício de grau solar está programada para 2013, sendo submetida a avaliação de Impacte ambiental, e classificada de estabelecimento industrial tipo 1. Estará sujeita também licença para utilização dos recursos hídricos da competência de ARH do Tejo.
- Como documento anexo, relativo à última instalação (Projeto das Instalações de Produção de Silício de Grau Solar), apresenta Proposta de Definição do Âmbito do Estudo de Impacte Ambiental (documento técnico de 44 folhas).

-Em face da exposição, submetida a análise técnica, deliberou a Câmara Municipal em 15/9/2011, por unanimidade, não declarar a caducidade do licenciamento, prevista nas alíneas b) e d) do artigo 71º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação e conceder o prazo de 60 dias para a conclusão dos trabalhos referenciados.

Mais se deliberou aceitar, no âmbito do pressuposto dos apoios concedidos, a calendarização da instalação efetiva das unidades industriais considerada na exposição da RPP Solar."

-RPPSolar recebeu a notificação a 21 de Outubro passado

- Na ata da CMA de 14/11/2012 consta que foi dado conhecimento à CMA de fax enviado pela Administração de RPPSolar- Energias Solares, SA a informar que tomaram nota do prazo concedido para a conclusão das obras referentes ao processo nº 09000336 e que irão dar seguimento às mesmas.

Fora-lhe concedido o prazo de 60 dias para conclusão das obras.

II – Apreciação do momento atual

-Hoje, verifica-se que os prazos foram ultrapassados.

-Os ónus incidentes sobre os prédios não foram extintos, mas têm vindo a aumentar, e entre penhoras e hipoteca, encontram-se encargos inscritos no montante de 5 504 367,29€.

- A CMA verifica que as instituições comprometidas com o processo se vão retirando.

- E verifica-se que têm crescido os encargos traduzidos com agravamento das garantias comprometedoras do processo.

III – Garantia do processo de instalação

O que a CMA pretende é a criação de postos de trabalho e desenvolvimento da economia

A CMA disponibilizou o terreno para o efeito. Fez a sua parte.

Cetes
Cl

Mas perante sinais contraditórios, e interpretando-se o interesse público a prosseguir como único desiderato pela CMA, são necessárias condições para a manutenção da convicção no processo por parte da CMA, a saber:

- *Garantia bancária com prazo de execução ou garantia pessoal com idêntico valor ao do excesso do valor do prédio, considerando o preço da aquisição e da venda.*
- *Aceitação de acompanhamento através de representante municipal, para, em reuniões quinzenais, ter conta do desenvolvimento do processo de instalação e poder inclusive visitar locais de preparação de instalação, até Janeiro de 2013, prazo que RPPSolar elegeu recentemente, em declarações públicas a órgãos de comunicação social, para estarem a laborar mais de 3 centenas de trabalhadores.*

IV – Considerando o exposto, proponho para aprovação da Câmara Municipal, que se exija à Empresa que se comprometa a apresentar garantia bancária até às 12 horas de 17 de Setembro próximo, de modo a salvaguardar o valor do investimento municipal no excesso não recebido por ocasião da celebração da escritura, e, a reunir quinzenalmente com representante do Município, de modo a suportar-se a confiança da AM e CMA no processo, e esta não seja forçada a declarar a caducidade do procedimento de controlo prévio, arrastando a reivindicação da indemnização compensatória.” - 86515

Reconhecendo a urgência de deliberação imediata sobre este assunto, foi dado cumprimento ao disposto no artigo 83º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro.

Deliberação Aprovada em Minuta: Por maioria, com a abstenção dos vereadores eleitos pelo PSD, Santana-Maia Leonardo e António Belém Coelho, aprovada a proposta apresentada.

Os vereadores eleitos pelo PSD, Santana-Maia Leonardo e António Belém Coelho, abstém-se, porque, não acreditando na utilidade da proposta, não a querem inviabilizar.



Nº 50 – A Presidente da Câmara apresentou ainda, para aprovação, a minuta do protocolo a celebrar entre o Município de Abrantes e o Instituto Politécnico de Tomar, relativamente à cedência a título gratuito, das instalações sitas na Rua Serpa Pinto nº 2, em Abrantes, para funcionamento da ESTA – Escola Superior de Tecnologia de Abrantes, ainda que transitório, até à instalação definitiva, conforme o protocolado anteriormente outorgado. – 86577

Reconhecendo a urgência de deliberação imediata sobre este assunto, foi dado cumprimento ao disposto no artigo 83º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro.

Deliberação Aprovada em Minuta: Por unanimidade, aprovada a referida minuta, delegando-se poderes na Presidente da Câmara para a sua assinatura.

Cate
Al

Os vereadores eleitos pelo PSD, Santana-Maia Leonardo e António Belém Coelho, aprovam o protocolo, mas demarcam-se de todo o processo que conduziu à compra do edifício.



Por último, a Presidente da Câmara deu conta de várias comunicações enviadas pela DRELVT – Direção Regional de Educação de Lisboa e Vale do Tejo, designadamente:

- Ofício ref.^a 11969/2012, datado de 30.07.2012 e recebido a 02.08.2012, que refere que foi concedida autorização excecional de funcionamento (AEF) para o ano letivo 2012/2013 à EB de Concavada;
- Ofício ref.^a 12020/2012, datado de 30.07.2012 e recebido a 03.08.2012, que dá conta que foi concedido, por despacho do Secretário de Estado do Ensino e da Administração Escolar, o encerramento ou a cessão definitiva da AEF do Jardim de Infância de Martinchel, sendo o estabelecimento de acolhimento a EB de Rio de Moinhos;
- Ofício 12020/2012, datado de 31.07.2012 e recebido a 03.08.2012, que dá conta que foi concedido, por despacho do Secretário de Estado do Ensino e da Administração Escolar, o encerramento ou a cessão definitiva da AEF da EB Raúl Figueiredo, EB Brunheirinho, EB Vale das Mós, sendo os estabelecimentos de acolhimento EB Abrantes, nº1 e EB de Bemposta;
- Fax ref.^a 11873/2012, datado e recebido a 07.08.2012, a remeter listagem dos estabelecimentos de educação e ensino extintos no concelho de Abrantes e respetivas datas de homologação, no âmbito do movimento anual da rede escolar (MARE) do ensino básico e da educação pré-escolar, para o ano letivo de 2012/2013, do qual consta:

EB1 de Alferrarede	Extinção homologada em 17.07.2012
JI Alferrarede nº 1	Extinção homologada em 17.07.2012
JI Alferrarede nº 2	Extinção homologada em 17.07.2012
JI Casais Revelhos	Extinção homologada em 17.07.2012
EB1 São Facundo	Extinção homologada em 17.07.2012
JI Bemposta	Extinção homologada em 17.07.2012
JI Vale da Horta - Brunheirinho	Extinção homologada em 17.07.2012
JI de Rio de Moinhos	Extinção homologada em 17.07.2012
JI Martinchel	Extinção homologada em 17.07.2012
EB1 Tramagal nº2	Extinção homologada em 17.07.2012
EB1 Crucifixo	Extinção homologada em 17.07.2012
JI Crucifixo	Extinção homologada em 17.07.2012
JI Tramagal	Extinção homologada em 19.07.2012

A Presidente da Câmara esclareceu que se trata de reorganização em consequência da construção dos centros escolares e da aplicação da Carta Educativa, no âmbito do Movimento Anual da Rede Escolar.

A EB Raúl Figueiredo, a EB do Brunheirinho, a EB de Martinchel e a EB de Vale das Mós cessam definitivamente a autorização excecional de funcionamento. Autoriza-se excecionalmente o

Ata da reunião de -20- de agosto de 2012

que
al

funcionamento da EB da Concavada. Cumpre-se assim, a Resolução do Conselho de Ministros 44/2010.

A vereadora Celeste Simão explicou o procedimento por parte do Município, anteriormente ao despacho do Secretário de Estado do Ensino e da Administração Escolar, referindo que no caso concreto de São Facundo, à semelhança dos anos anteriores em que houve encerramento de escolas, reuniu em São Facundo, em junho de 2012, antes do termo das aulas, para alertar sobre a possibilidade de encerramento da escola, a ser cumprido pelo Secretário de Estado o disposto na Carta Educativa.

Disse ter tomado conhecimento da primeira lista de encerramento de escolas através da internet, no dia 23 de julho. Contactado o Diretor Regional da DRELVT, o mesmo informou não ter informação formal sobre o assunto tendo de imediato contactado a Secretaria de Estado que o informou que esta lista – que não tinha sido publicada oficialmente – só dizia respeito às escolas que estavam a funcionar com autorização excecional de funcionamento e que agora eram encerradas. A lista relativa ao encerramento das outras escolas seria enviada posteriormente às autarquias. No dia 7 de agosto, o Diretor Regional contactou-a dando conta de que iria enviar fax à Câmara Municipal e aos agrupamentos, tendo sido nessa altura que teve conhecimento do encerramento das restantes escolas.

O vereador Carlos Arês disse que este assunto encerra uma importância muito acima do que à primeira vista poderia parecer. Por isso, foi referido aqui, há cerca de um mês atrás, a necessidade de agendar a discussão deste assunto – quando ainda não havia esta decisão.

Como não se conforma com o encerramento da EB de São Facundo, nos moldes em que a decisão foi tomada, entende que deve agir judicialmente contra ela. Havendo a possibilidade de ser apresentado um requerimento de providência cautelar, para contrariar a homologação do encerramento da escola, considera necessário esclarecer a posição da própria Câmara Municipal nesta situação, porque isso pode ser importante no desenvolvimento desse procedimento cautelar.

Perguntou, em primeiro lugar, se os membros do executivo em funções querem ou não expressar a sua opinião - favorável ao encerramento, indiferente ao encerramento ou desfavorável ao encerramento. Depois, independentemente das posições expressas, queria perguntar aos membros do executivo em funções se algum deles alguma vez manifestou, por escrito ou verbalmente, à DRELVT, ou a quem de direito, a vontade de que a EB de São Facundo encerrasse este ano. Isto porque, a haver troca de informação entre quem exercer este pedido, ou o Tribunal, e a DRELVT, não pretendem ser surpreendidos com algum documento que só venham aí a ter conhecimento dele.

Em seguida, explicou as razões para que seja totalmente contra o encerramento da escola e esteja de acordo com as pessoas que são contra. A freguesia de São Facundo faz 500 anos no próximo ano. A freguesia de São Facundo já teve a escola básica a funcionar com 13, 14 alunos, várias vezes. Se se tivesse tratado a EB São Facundo com a frieza dos números essa escola já tinha encerrado. No entanto, a EB recuperou o número de alunos. No próximo ano poderá ter o número de alunos abaixo do mínimo legal. Este número mínimo está na lei. No entanto, da lei não decorre diretamente que as escolas abaixo desse mínimo devem ser encerradas, uma vez que estabelece um conjunto de parâmetros. Esse número mínimo é também um número indicativo, porque a realidade de cada uma das escolas é diferente – e

Al
Fl

algumas escolas continuam a funcionar com autorização do ministério. A lei não pode ser vista como uma bíblia, tendo que haver tomadas de posição sensatas.

A Carta Educativa aponta para um número mínimo de alunos e para o facto de, quando se materializar o Centro Escolar de Bemposta, os alunos serem para lá transferidos. O espírito dessa Carta Educativa era, também ele, um espírito em alguns aspetos duvidoso e noutros aspetos claro. Numa perspetiva de, à medida que o número de alunos vai diminuindo, se concentrarem, por razões pedagógicas, num centro escolar os alunos das várias localidades e das várias freguesias, abrangidas por aquela zona. Era esta a intenção clara.

A intenção duvidosa é que a mesma carta diz que, ou dizia que, se fosse no Vale das Mós era para se manter, desde que o número de alunos se justificasse, e que São facundo era para integrar no Centro Escolar, quando São Facundo está mais afastado de Bemposta que Vale das Mós. Esta é parte duvidosa e pode imaginar várias razões e várias conversas particulares para que isto tivesse ficado assim. Limita-se a dizer que não trata a Carta Educativa, nem como papel higiénico, nem como a bíblia. Respeita a Carta Educativa, na medida em que ela tem que ser respeitada. Nada diz que a EB Fão Facundo, com o número de alunos que tem, tem que fechar este ano. Não é obrigatório, e não está lá escrito, que no dia em que passa a haver Centro Escolar a EB São Facundo tem que encerrar.

Com tudo isto, entende o teor do comunicado que a associação de pais fez, no qual diz sentir-se traída, porque acha que a Câmara Municipal, não assume uma posição clara. Enquanto membro da Câmara Municipal tem necessidade absoluta de esclarecer a sua posição.

Disse que administração do território obriga-nos a ter respeito pelas pessoas e recusa-se a que a Câmara Municipal ou a DREL saibam de cátedra o que é melhor para as crianças e para os pais das crianças de São Facundo.

Entende que a democracia não é só para se dizer ao governo que não pode encerrar o Tribunal ou transferir competências para concelhos limítrofes, porque isso vai contra a realidade económica ou social do nosso distrito e do nosso concelho, para, depois, quando somos chamados a tomar decisões idênticas, temos a mesma atitude autista, no sentido em que não ouvimos as pessoas e não lutamos ao lado delas. A Câmara Municipal, até hoje, fez silêncio sobre o encerramento da EB de São Facundo.

A Presidente da Câmara disse que não era verdade. A Câmara não disse que era a favor da escola continuar aberta, mas também nunca disse ser contra – a Câmara tem um instrumento - Carta Educativa – que foi discutido. Relembrou que, há uns anos, quando se apresentou a Carta Educativa, das Mouriscas vieram 3 autocarros com populares ao edifício Pirâmide, só para revindicar a manutenção da escola. Este trabalho não começou ontem. Se a Câmara Municipal se pronunciar ou der indicação em contrário, teremos todos os pais dos alunos de outras escolas a exigir o mesmo e o Ministério da Educação a retirar todo o apoio – criando dificuldades à gestão do ano escolar. A esta altura, esta questão não está nas mãos da Câmara Municipal.

O Vereador Carlos Arês questionou se a Câmara Municipal havia manifestado a sua posição.

A Presidente da Câmara esclareceu que a Câmara Municipal nunca se pronunciou sobre o encerramento da escola de São Facundo.

Deu conhecimento das obras dos vários centros escolares e do que estava previsto acontecer em consonância com a carta educativa.

Carta
C1

O Vereador Carlos Arês questionou também se, em concreto sobre o encerramento da EB São Facundo, se a Câmara entende que o que está feito é o que está na Carta Educativa.

A Presidente disse que este encerramento foi sobejamente discutido e que todas as pessoas sabiam que era isto que iria acontecer.

O Vereador Santana Maia disse que, tendo em conta a forma como este assunto foi introduzido pelo vereador Carlos Arês, ficou sem perceber se se tratava de uma mera declaração, de um pedido de esclarecimento à presidente da câmara ou de uma proposta. Até porque, caso se trate de uma proposta, a mesma deverá ser agendada para a próxima reunião, como sempre sucede, com vista a que todos os vereadores se possam preparar para a sua discussão.

O vereador Carlos Arês disse que pretendia apenas ver este assunto debatido em reunião da câmara, pelo que não se opunha a que ficasse agendado para a próxima reunião.

A Presidente disse que, se assim o entendessem, pode o assunto ser discutido na próxima reunião.

O Vereador Carlos Arês anuiu.

A Vereadora Celeste Simão disse que relativamente às questões da dinâmica e das atividades da EB de São Facundo, não se irá pronunciar na reunião de Câmara, na medida em que é membro do conselho geral e, nessa sede, é que se deve pronunciar sobre questões pedagógicas do agrupamento.

Em relação às comunicações entre a autarquia e a DRELVT, antes das inaugurações dos centros escolares, foi apresentado à DRELVT um pedido de alteração de tipologia e a mudança das escolas para os novos centros escolares que reuniam condições naquela data.

Ainda sobre a questão das dinâmicas pedagógicas, o Vereador Carlos Arês, esclareceu que as referiu, não para serem entendidas isoladamente, mas porque já tinham sido amplamente referenciadas em anos anteriores, daí entender estar no sítio certo para falar sobre elas.

A Presidente disse que porque as crianças e professores vão para outra escola não quer dizer que as dinâmicas venham a ser diferentes.

O Vereador Carlos Arês reforçou que não partilha da opinião de que seja correto agir contra o sentimento das pessoas quando ele assenta em factos sensatos.



VEREADOR ANTÓNIO BELÉM COELHO

O vereador António Belém Coelho, apresentou um pedido de esclarecimentos dos vereadores eleitos pelo PSD, sobre o contrato de alterações ao projeto MIAA – 1ª fase, designadamente referindo que gostariam de saber, em primeiro lugar, se se trata do mesmo contrato e em

Cete
Al

caso afirmativo, a que se deve esta discrepância de valores entre o aprovado em reunião do executivo e o apresentado publicamente no site despesa pública. – 87598

Detalhe do Contrato Público

Preço: 67 485,00 €

Data Contrato: 05/06/2012

Tipo Contrato: Ajuste directo

Data Publicação: 06/06/2012

N.º Procedimento: 0

Contrato de Aquisição de Serviços para a elaboração de Alterações ao Projeto de Recuperação, Remodelação e Ampliação do Convento de S. Domingos tendo em Vista a Instalação do Museu Ibérico de Arqueologia e Arte de Abrantes MIAA - Fase 1 Contrato de Aquisição de Serviços para a Elaboração de Alterações ao Projeto de Recuperação, Remodelação e Ampliação do Convento de S. Domingos tendo em Vista a Instalação do Museu Ibérico de Arqueologia e Arte de Abrantes MIAA - Fase 1 Adjudicante(s) 502661038 - Câmara M. Abrantes Contratado(s) 502889497 JLCG Arquitectos, Lda

A Presidente da Câmara referiu que os esclarecimentos serão prestados em devido tempo.



De seguida apresentou outro pedido de esclarecimentos dos vereadores eleitos pelo PSD, sobre a iluminação pública do Parque Radical, do seguinte teor: - 83350

"Na reunião da câmara de 20 de Fevereiro de 2012, os vereadores eleitos pelo PSD trouxeram aqui uma proposta para que a Câmara diligenciasse no sentido de evitar que a iluminação pública estivesse acesa durante o dia, como acontecia com o Parque Radical, até para que a factura a pagar pelos munícipes não fosse tão elevada.

Como a situação ainda se mantinha em 16 de Julho do corrente ano, solicitámos, na reunião desse dia, que a senhora presidente nos esclarecesse «a que se deve ou a quem se deve este continuado desperdício de energia elétrica para que se lhe possa apresentar a respetiva factura».

No passado dia 1 de Agosto, foi-nos enviada uma carta pelo munícipe Artur Lalande em que, depois de nos dar conta das suas iniciativas, durante dois anos, junto da Câmara Municipal de Abrantes para que a iluminação pública do Parque Radical não continuasse acesa durante o dia (designadamente, através de mails e cartas) e de expressar a sua indignação pelo facto de a Câmara, durante todo este tempo, não tomar as providências necessárias, diz o seguinte:

«Ontem à tarde, as lâmpadas do Parque Radical já não acenderam de dia e sabe a srª presidente porquê? Procurei o electricista municipal, que por acaso se encontrava de férias e pedi-lhe o favor de remediar o assunto, ao que acedeu prontamente.

Nem por ser tão fácil, a solução esteve ao alcance de muitos a quem ajudo a pagar o vencimento. A imagem de cada um, é o somatório de muitos pequenos nada. Eu tinha vergonha!»

Custa-nos a crer que isto seja efetivamente verdade, porque, a ser assim, é mesmo motivo para morrer vergonha.

Ata da reunião de -20- de agosto de 2012

Com efeito, num tempo em que o Estado e as Câmaras esmifram o contribuinte até ao tutano, exigia-se que as entidades públicas tivessem, ao menos, algum cuidado para evitar o desperdício e esbanjamento dos recursos de todos nós.

Ora, é inadmissível que, depois de todas as nossas intervenções nas reuniões da câmara sobre este assunto e das diligências, durante dois anos, do munícipe Artur Lalande junto da Câmara Municipal, a iluminação pública do Parque Radical continuasse acesa durante o dia quando, afinal e pelos vistos, bastava a senhora presidente ter pedido ao eletricista da Câmara para resolver o assunto.

Pelo exposto, os vereadores do PSD vinham requerer que fosse solicitado ao eletricista da Câmara Municipal de Abrantes a informação se o problema do desperdício de energia do Parque Radical foi resolvido na sequência do pedido que lhe foi feito diretamente pelo munícipe Artur Lalande.

Porque, caso tenha sido e ficando demonstrada a extrema simplicidade do procedimento para a resolução de um desperdício de energia manifesto, somos da opinião de que, por gritante negligência, caberia à senhora presidente, a título pessoal, assegurar o pagamento do montante inutilmente gasto em energia elétrica desde o momento em que o assunto foi denunciado por nós na reunião da câmara de 20/2/2012 até ao dia 1/8/2012, data em que o eletricista resolveu o problema a pedido do munícipe Artur Lalande."

A Presidente da Câmara explicou que existe um temporizador para a iluminação do Parque Radical. Por vezes, com as falhas de energia, o relógio fica desajustado, o que implica que tenha que ser corrigido sempre que isso ocorre.

Explicou que, com a falha de energia que decorreu do incêndio recente na encosta no Castelo, o temporizador necessitaria de novamente corrigido. Embora seja uma intervenção simples, a Câmara estava a aguardar pelo regresso de férias do eletricista, quando o Sr. Lalande se encarregou de ir a casa do eletricista, mesmo em período de férias, solicitando-lhe que fizesse essa intervenção.



VEREADOR SANTANA-MAIA LEONARDO

Em nome dos vereadores eleitos pelo PSD, o vereador Santana-Maia Leonardo apresentou a uma declaração com o título "Combater a Desertificação, Repovoar o Território", cujo teor abaixo se transcreve:

"À medida que o interior do país vai sendo esvaziado de todo o tipo de serviços, assiste-se a uma competição fratricida e nem sempre leal dos diferentes municípios pela conquista dos poucos serviços que o Governo vai condescendendo manter em cada região.

E de cada serviço que se consegue adiar o encerramento, nem que seja por mais um ano, é o que basta para os autarcas deitarem foguetes e cantarem vitória.

Acontece que estas vitórias são cada vez mais efémeras porque a desertificação do interior do país acaba inevitavelmente por arrastar o encerramento dos serviços.

Sendo certo que, sem utentes, como é óbvio, não há qualquer justificação para manter a funcionar escolas, centros de saúde, tribunais, correios, finanças, juntas de freguesia, câmaras municipais...

Forçoso será, pois, concluir que a única forma de impedir o encerramento dos serviços é inverter o fluxo migratório em direção ao litoral, o que só é possível com a deslocação para cidades médias do interior do país de serviços e instituições que, hoje, congestionam a região de Lisboa e que terão inevitavelmente um efeito de bola de neve se para ali forem deslocados.

Ainda recentemente, no seu artigo de opinião no Público de 24/7/12, Paulo Rangel, na mesma linha do que os vereadores eleitos pelo PSD aqui têm defendido, escrevia: «Choca-me em especial o modo como agências administrativas independentes e tribunais são, sem qualquer necessidade, sistematicamente sediadas em Lisboa ou arredores. Sem qualquer necessidade e sem qualquer ganho para a capital e, já agora, com evidente prejuízo para tantas cidades médias portuguesas, com equipamentos, comunicações e estatuto para as acolherem. Entidades como o Banco de Portugal, os Supremos Tribunais, o Instituto Nacional de Estatística e dezenas de entidades reguladoras e administrativas podiam perfeitamente estar espalhadas pelo território, dando massa crítica, visibilidade e centralidade a cidades médias.»

Os vereadores eleitos pelo PSD têm a perfeita consciência de que, como escreveu Maquiavel, «não há nada mais difícil de prosseguir, nem de mais duvidoso sucesso, nem mais difícil de lidar, do que iniciar uma nova ordem das coisas. Porque o reformador encontra inimigos em todos os que beneficiam da ordem antiga e só defensores apáticos em todos os que beneficiariam da nova ordem.»

No entanto, é este o único caminho para se evitar que, em breve, Portugal fique reduzido à estreita faixa litoral Lisboa - Porto delimitada pela A1.

Faz, por isso, todo o sentido que a Câmara de Abrantes se empenhe na mobilização dos municípios vizinhos com vista a reivindicar para esta região, tendo em conta a sua tradição e vocação militar, a sede das principais instituições e serviços relacionados com o Exército e a Defesa Nacional."



Por fim, o vereador Santana-Maia Leonardo apresentou a uma proposta subscrita pelos vereadores eleitos pelo PSD, com o título "RPP SOLAR – Comissão de Inquérito", propondo designadamente o seguinte: - 87633

"Pelo exposto e uma vez que a maioria do executivo tem inviabilizado todas as propostas dos vereadores eleitos pelo PSD com vista à instauração de um inquérito externo e interno para apuramento das responsabilidades, os vereadores eleitos pelo PSD pretendem saber quem redigiu o referido protocolo e que o mesmo seja convocado para comparecer numa das próximas reuniões do executivo para prestar esclarecimentos.

É essencial perceber a motivação do responsável pela não inclusão desta cláusula no protocolo.

Pretendem ainda saber os vereadores eleitos pelo PSD se a Câmara já recebeu, ao menos, os 99.950,00€, referente aos eucaliptos, conforme consta do referido protocolo artigo 1-1)."

A Presidente da Câmara remeteu a referida proposta, para agendamento numa próxima reunião.



ORDEM DO DIA

(Artigo 87º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro).

Nº 1 - Para conhecimento, a Presidente da Câmara, apresentou o ofício nº 56/12 (LIJ) da Santa Casa da Misericórdia de Abrantes, datado de 20 de julho de 2012, a agradecer a frequência gratuita das piscinas municipais de Abrantes, por parte das jovens residentes no lar de Infância e Juventude daquela Instituição, durante as férias de verão. - 83949

Tomado conhecimento.



Nº 2 - Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, Rui Serrano, remetendo para ratificação do órgão executivo, o seu despacho datado de 2 de agosto de 2012, que autorizou a atribuição de um subsídio à Junta de Freguesia do Souto, no montante de 500,00€ (quinhentos euros), para apoio à Feira de Doçaria e Artesanato das Freguesias do Souto, Carvalhal, Fontes, Aldeia do Mato e Martinchel. - 84484

Deliberação: Por unanimidade, ratificar o referido despacho do vereador e vice-Presidente da Câmara, Rui Serrano.



Nº 3 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para aprovação, a versão final do projeto de Regulamento de hortas Comunitárias. - 84248

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a versão final do projeto de Regulamento de hortas Comunitárias e submeter à aprovação da Assembleia Municipal.



Nº 4 - Proposta de Deliberação dos Vereadores eleitos pelo PSD, Santana-Maia Leonardo e António Belém Coelho, com o título "Tudo Como Dantes, Quartel-General em Abrantes", propondo designadamente, o seguinte: - 83348

"A Câmara deverá transformar no principal desígnio do município a transferência para a região de Abrantes, por fases e na próxima década, do Hospital Militar, do Estado-Maior do Exército, do Ministério da Defesa e de todas as companhias militares situadas na região de Lisboa, envolvendo neste projeto as instituições, os órgãos de comunicação social, as forças vivas e os municípios da região, designadamente: Constância,

Entroncamento, Chamusca, Sardoal, Ponte de Sor, Avis, Alter, Fronteira, Gavião e Nisa."

O Vereador Santana Maia disse que a proposta surge para que se procure criar um lóbi de influência territorial, de abrangência maior que a CIMT, liderado pelo Município de Abrantes, no sentido de tomar estas iniciativas tendo em vista combate à desertificação do território, porque esta é uma zona que, do ponto de vista histórico e das suas características, está fortemente ligada às estruturas militares.

A Presidente da Câmara disse que neste momento a preocupação da Câmara Municipal deve passar pela manutenção das estruturas militares existentes, uma vez que se espera uma reforma profunda nesta matéria. Por várias razões, e tendo em conta as atuais circunstâncias, julga que não deve ser votada como proposta de deliberação, pelo que sugeriu que a mesma fosse alterada no sentido de se tratar de uma recomendação de atuação para a Câmara Municipal.

O Vereadores Santana Maia Leonardo e Belém Coelho alteraram o sentido da proposta de deliberação para recomendação.

Deliberação: por unanimidade, aprovar, a título de recomendação.

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Divisão Administrativa e de Modernização

Nº 5 - Propostas de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, Rui Serrano e da Presidente da Câmara, remetendo para aprovação, a ratificação dos seus despachos de aprovação, a dispensa do pagamento das taxas correspondentes a diversos licenciamentos de atividades, conforme lista abaixo:

Proc.º	Entidade	Evento	Data	Taxa	Valor
84302	Associação Cultural e Recreativa de Esteveira	Festejos anuais de Esteveira	31 de agosto 1 e 2 de setembro de 2012	<ul style="list-style-type: none"> Recinto improvisado; Ruído; Autorização para serviços de restauração e bebidas ocasionais; Afixação de cartazes e atividade. 	116,22€
84541	Centro Cívico Cultural Desportivo Alferrarede	Festejos anuais em Alferrarede	14,15 e 17,18 e 19 de agosto de 2012	<ul style="list-style-type: none"> Recinto improvisado; Ruído; Autorização para serviços de restauração e bebidas ocasionais; Afixação de cartazes. 	104,01€
		Festejos	14,15,17,18	<ul style="list-style-type: none"> Recinto improvisado; 	41,41€

84240	Sociedade Recreativa Pró Casais de Revelhos	anuais	e 19 de agosto de 2012	<ul style="list-style-type: none"> • Ruído; • Afixação de cartazes. 	
84471	Grupo Cultural, Recreativo e Desportivo de Cabeça Gorda	Festejos anuais de Cabeça Gorda	31 de agosto e 01 de setembro	<ul style="list-style-type: none"> • Recinto improvisado; • Ruído; • Autorização para serviços de restauração e bebidas ocasionais; • Afixação de cartazes e atividade. 	114,24€
85174	Sociedade Recreativa do Souto	Festa de verão do Souto	17,18 e 19 de agosto de 2012	<ul style="list-style-type: none"> • Recinto improvisado; • Ruído; • Afixação de cartazes. 	37,45€
84626	Centro Social, Desportivo e Recreativo de Colmeal, Portela e Cabeça Ruiva	Festejos anuais de Portela-Fontes	31 de agosto, 1 e 2 de setembro de 2012	<ul style="list-style-type: none"> • Ruído; • Autorização para serviços de restauração e bebidas ocasionais; • Afixação de cartazes e atividade. 	116,22€
84977	Freguesia de Vale das Mós	Festejos anuais de Vale das Mós	24,25 e 26 de agosto de 2012	<ul style="list-style-type: none"> • Recinto improvisado; • Ruído; • Afixação de cartazes. 	37,45€
85028	Freguesia de Bemposta	Festival de Folclore de Bemposta	1 de setembro de 2012	<ul style="list-style-type: none"> • Recinto improvisado; • Ruído; • Afixação de cartazes. 	33,49€
84444	Freguesia de Rossio ao Sul do Tejo	Festa da Nossa Terra 2012	24 e 25 de agosto de 2012	<ul style="list-style-type: none"> • Ruído; • Autorização para serviços de restauração e bebidas ocasionais; • Afixação de cartazes e atividade. 	103,81€
85667	Banda Filarmónica Alveguense	Festejos Tradicionais da Banda Filarmónica	24,25 e 26 de agosto de 2012	<ul style="list-style-type: none"> • Recinto improvisado; • Ruído; • Afixação de cartazes e atividade. 	53,62€

Cota
01

Deliberação: Por unanimidade, autorizada a dispensa total do pagamento das respetivas taxas, conforme lista acima, de acordo com o disposto nos artigos 10º e 13º do Regulamento de Taxas e Licenças em vigor neste Município.

Ratificados igualmente, os despachos que autorizaram a dispensa do pagamento das taxas.

Informar os requerentes que, sendo colocadas à sua disposição as licenças solicitadas, sem que procedam, previamente à realização do evento, ao seu levantamento, fica sem efeito a presente dispensa do pagamento de taxas, considerando-se as mesmas devidas, em conformidade com o disposto no artigo 18º do Regulamento de Taxas e Licenças.

Qatar
PI

Nº 6 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, referente a uma Informação da Secção de Atendimento e Licenciamento Geral, acerca das taxas a cobrar em 2012, à empresa Ferbrás – Serigrafia e Planeamento Publicitário, Lda., relativamente à publicidade afixada em baías de proteção de peões. - 47203

Deliberação: Por unanimidade, manter uma taxa de publicidade calculada com base de 40% de ocupação das baías implantadas, atendendo a que não houve variação significativa do número de baías com publicidade afixada.

Aos respectivos serviços para os devidos efeitos.



Divisão Jurídica

Nº 7 - Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, Rui Serrano, remetendo para aprovação, minuta da escritura de constituição e cedência do direito de superfície de parcela de terreno em Barrada, freguesia de S. Facundo, Abrantes, para utilização como recinto de festas daquela localidade, a celebrar entre o Município de Abrantes e a Associação de Festas de Barrada. - 22497

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a referida minuta, delegando-se poderes na Presidente da Câmara para a sua assinatura.



Nº 8 - Para conhecimento, a Presidente da Câmara, apresentou a ata do Júri do Concurso Público para a cedência de exploração e utilização da Quinta da Feiteira sita em Pego, Abrantes, que deliberou por unanimidade, admitir a única proposta apresentada por Avantagro-Animação Turística Unipessoal. Lda. - 80235

Tomado conhecimento.



Nº 9 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, referente ao Relatório do Júri do Concurso Público para a cedência de exploração e utilização da Quinta da Feiteira sita em Pego, Abrantes, sugerindo a adjudicação à concorrente, Avantagro-Animação Turística Unipessoal. Lda., pelo valor de 1.200,00€ (mil e duzentos euros), anuais, acrescido de IVA à taxa legal em vigor. - 80235

Deliberação: Por unanimidade, adjudicar a cedência de exploração e utilização da Quinta da Feiteira sita em Pego, Abrantes, à concorrente, Avantagro-Animação Turística Unipessoal. Lda., pelo valor de 1.200,00€ (mil e duzentos euros), anuais, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, de acordo com o referido relatório do Júri do citado concurso.

Colares
Al

É dispensada a audiência prévia da concorrente, nos termos do artigo 103º, nº 2, b) do Código do Procedimento Administrativo.



Divisão Financeira

Nº 10 - Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, Rui Serrano, remetendo para ratificação do órgão executivo, o seu despacho datado de 6 de agosto de 2012, que aprovou o pedido de parecer prévio elaborado nos termos do nº 4 do artigo 26º da Lei de Orçamento de Estado (Lei nº 64-B/2011 de 30 de dezembro) e de acordo com a Portaria nº 9/2012 de 10 de janeiro, para aquisição de serviços, até 31 de dezembro de 2012, com a técnica Marisa de Jesus Estevinha Monteiro Espadinha, no montante de 1.085,00/mês (mil e oitenta e cinco euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. - 84487

Deliberação: Por unanimidade, ratificar o referido despacho do vereador e vice-Presidente da Câmara, Rui Serrano.

Aos respectivos serviços para os devidos efeitos.



Nº 11 - Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, Rui Serrano, remetendo para ratificação do órgão executivo, o seu despacho datado de 8 de agosto de 2012, que aprovou o pedido de parecer prévio elaborado nos termos do nº 4 do artigo 26º da Lei de Orçamento de Estado (Lei nº 64-B/2011 de 30 de dezembro) e de acordo com a Portaria nº 9/2012 de 10 de janeiro, para aquisição de serviços para a "Impressão de catálogo IV antevisão do MIAA". - 84551

Deliberação: Por unanimidade, ratificar o referido despacho do vereador e vice-Presidente da Câmara, Rui Serrano.

Aos respectivos serviços para os devidos efeitos.



Nº 12 - Proposta de Deliberação do vereador e vice-Presidente da Câmara, Rui Serrano, referente a uma informação da Divisão Financeira, datada de 20 de julho de 2012, remetendo para aprovação o montante de 451,55€, referente à comparticipação da Câmara Municipal relativamente à contratação, pela ADACA – Associação de Defesa dos Animais do Concelho de Abrantes, de um colaborador para o Canil/Gatil, ao abrigo do contrato CEI. - 84165

Deliberação: Por unanimidade, aprovar o montante de 451,55€, para contratação de um colaborador para o Canil/Gatil ao abrigo do contrato CEI (centro de Emprego), de acordo com a referida informação da Divisão Financeira.

Ata da reunião de -20- de agosto de 2012

Beltrame
Q1

Nº 13 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, referente a uma informação da Divisão Financeira, datada de 09 de agosto de 2012, remetendo para aprovação, o montante de 1.291,74€ (mil duzentos e noventa e um euros e setenta e quatro cêntimos), respeitante à comparticipação do município nas diversas componentes do projeto "Empreendedorismo em Rede", designadamente, "Assistência técnica especializada para o apoio à criação de empresas"; "Capacitação de Professores 1º, 2º e 3º Ciclos EB"; "Aquisição de material promocional (cartazes e folhetos)"; "Ensino para empreendedorismo - Ensino Secundário"; "Ensino para o empreendedorismo - 2º e 3º Ciclos EB" e "Ensino para o empreendedorismo - 1º Ciclo EB", que a CIMT se encontra a desenvolver para todos os municípios do Médio Tejo. - 80143

Deliberação: Por unanimidade, aprovar o montante de 1.291,74€ (mil duzentos e noventa e um euros e setenta e quatro cêntimos), respeitante à comparticipação do município nas diversas componentes do projeto "Empreendedorismo em Rede".

À Divisão Financeira para os devidos efeitos.



Nº 14 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, respeitante a uma informação da Divisão Financeira, que remete para aprovação, a comparticipação de transporte para a aluna Andreia Margarida Fernandes Costa, do concelho de Abrantes, que frequenta uma escola no Entroncamento, uma vez que o curso pretendido não existe em Abrantes. O montante cabimentado para o ano letivo 2012/2013, corresponde a 50% do valor do transporte e ascende a cerca de 400,00€ (38,83€/mês+acerto). Nos termos da al. d) do nº3 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na redação da Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro.

Mais sugere, que a Câmara Municipal delibere igualmente aprovar o ajustamento automático do valor da comparticipação, tendo em consideração exclusivamente a atualização dos preços de acordo com despacho do Governo, que ocorrerá previsivelmente no início do ano 2013. - 84436

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a comparticipação de transporte para a aluna Andreia Margarida Fernandes Costa, nos termos da referida informação do Divisão financeira.

Aos respetivos serviços para os devidos efeitos.



Nº 15 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, respeitante a uma informação da Divisão Financeira, a solicitar autorização para proceder ao aumento temporário dos fundos disponíveis para o mês de agosto de 2012. - 85688

Deliberação: Por unanimidade, autorizar o aumento temporário dos fundos disponíveis para o mês de agosto de 2012, de acordo com a referida informação da Divisão Financeira.

Nº 16 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para ratificação do órgão executivo, o seu despacho datado de 13 de agosto de 2012, que aprovou o pedido de parecer prévio elaborado nos termos do nº 4 do artigo 26º da Lei de Orçamento de Estado (Lei nº 64-B/2011 de 30 de dezembro) e de acordo com a Portaria nº 9/2012 de 10 de janeiro, para renovação do contrato de Prestação de Serviços para a Realização de Estudos de Pormenor sobre a "Coleção Estrada", que irá integrar o Futuro MIAA (Contrato nº 45/2011), celebrado com Gustavo Eduardo Gonçalves Pizarro de Portocarrero. - 82383

Catão
Cl

Deliberação: Por unanimidade, ratificar o referido despacho da Presidente da Câmara que aprovou o referido parecer prévio, bem como a assunção de encargos plurianuais prevista na Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro (LCPA), de acordo com a deliberação da Assembleia Municipal de 29 de junho que delegou na Câmara Municipal a competência no que diz respeito a compromissos plurianuais relativos a despesas de funcionamento de carácter continuado e repetitivo desde que previamente dotada a rubrica da despesa prevista no orçamento, até ao montante permitido por lei, no âmbito do regime de contratação pública ou a despesas previstas nas GOP para 2012.



Nº 17 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para ratificação do órgão executivo, o seu despacho datado de 13 de agosto de 2012, que aprovou o pedido de parecer prévio elaborado nos termos do nº 4 do artigo 26º da Lei de Orçamento de Estado (Lei nº 64-B/2011 de 30 de dezembro) e de acordo com a Portaria nº 9/2012 de 10 de janeiro, para renovação do contrato de Prestação de Serviços para a Realização de Estudos de Pormenor sobre a "Coleção Estrada", que irá integrar o Futuro MIAA (Contrato nº 44/2011), celebrado com Davide Delfino - 82377

Deliberação: Por unanimidade, ratificar o referido despacho da Presidente da Câmara que aprovou o referido parecer prévio, bem como a assunção de encargos plurianuais prevista na Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro (LCPA), de acordo com a deliberação da Assembleia Municipal de 29 de junho que delegou na Câmara Municipal a competência no que diz respeito a compromissos plurianuais relativos a despesas de funcionamento de carácter continuado e repetitivo desde que previamente dotada a rubrica da despesa prevista no orçamento, até ao montante permitido por lei, no âmbito do regime de contratação pública ou a despesas previstas nas GOP para 2012.



Nº 18 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para ratificação do órgão executivo, o seu despacho datado de 13 de agosto de 2012, que aprovou o pedido de parecer prévio elaborado nos termos do nº 4 do artigo 26º da Lei de Orçamento de Estado (Lei nº 64-B/2011 de 30 de dezembro) e de acordo com a Portaria nº 9/2012 de 10 de janeiro, para renovação do contrato de Prestação de Serviços de Jornalismo para apoio especializado ao Serviço de Informação e Comunicação (contrato nº 46/2010), celebrado com Fernanda Maria Duarte Mendes. - 83687

Estes
al

Deliberação: Por unanimidade, ratificar o referido despacho da Presidente da Câmara que aprovou o referido parecer prévio, bem como a assunção de encargos plurianuais prevista na Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro (LCPA), de acordo com a deliberação da Assembleia Municipal de 29 de junho que delegou na Câmara Municipal a competência no que diz respeito a compromissos plurianuais relativos a despesas de funcionamento de caráter continuado e repetitivo desde que previamente dotada a rubrica da despesa prevista no orçamento, até ao montante permitido por lei, no âmbito do regime de contratação pública ou a despesas previstas nas GOP para 2012.



Nº 19 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para ratificação do órgão executivo, o seu despacho datado de 13 de agosto de 2012, que aprovou o pedido de parecer prévio elaborado nos termos do nº 4 do artigo 26º da Lei de Orçamento de Estado (Lei nº 64-B/2011 de 30 de dezembro) e de acordo com a Portaria nº 9/2012 de 10 de janeiro, para aquisição de serviços de Consulta Jurídica com Ana Paula Piedade Milho. - 82051

Deliberação: Por unanimidade, ratificar o referido despacho da Presidente da Câmara que aprovou o referido parecer prévio, bem como a assunção de encargos plurianuais prevista na Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro (LCPA), de acordo com a deliberação da Assembleia Municipal de 29 de junho que delegou na Câmara Municipal a competência no que diz respeito a compromissos plurianuais relativos a despesas de funcionamento de caráter continuado e repetitivo desde que previamente dotada a rubrica da despesa prevista no orçamento, até ao montante permitido por lei, no âmbito do regime de contratação pública ou a despesas previstas nas GOP para 2012.



Nº 20 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para aprovação, o pedido de parecer prévio elaborado nos termos do nº 4 do artigo 26º da Lei de Orçamento de Estado (Lei nº 64-B/2011 de 30 de dezembro) e de acordo com a Portaria nº 9/2012 de 10 de janeiro, para celebração do contrato de Prestação de Serviços na Área de Serviço Social para acompanhamento do Projeto "Igualdade de Género e Não Discriminação em Abrantes" (contrato 59/2011), com Lígia Margarida Serras Lobato. - 85039

Deliberação: Por unanimidade, aprovar até 23 de abril de 2013, a assunção de encargos plurianuais prevista na Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro (LCPA), de acordo com a deliberação da Assembleia Municipal de 29 de junho que delegou na Câmara Municipal a competência no que diz respeito a compromissos plurianuais relativos a despesas de funcionamento de caráter continuado e repetitivo desde que previamente dotada a rubrica da despesa prevista no orçamento, até ao montante permitido por lei, no âmbito do regime de contratação pública ou a despesas previstas nas GOP para 2012.

Ata
21

Nº 21 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para aprovação, o pedido de parecer prévio elaborado nos termos do nº 4 do artigo 26º da Lei de Orçamento de Estado (Lei nº 64-B/2011 de 30 de dezembro) e de acordo com a Portaria nº 9/2012 de 10 de janeiro, para celebração do contrato de Prestação de Serviços na Área de Serviço Social para acompanhamento do Projeto "Igualdade de Género e Não Discriminação em Abrantes" com Ana Cristina Castanho Ruivo Martins Ribeiro. - 85031

Deliberação: Por unanimidade, aprovar até 23 de abril de 2013, a assunção de encargos plurianuais prevista na Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro (LCPA), de acordo com a deliberação da Assembleia Municipal de 29 de junho que delegou na Câmara Municipal a competência no que diz respeito a compromissos plurianuais relativos a despesas de funcionamento de carácter continuado e repetitivo desde que previamente dotada a rubrica da despesa prevista no orçamento, até ao montante permitido por lei, no âmbito do regime de contratação pública ou a despesas previstas nas GOP para 2012.



Nº 22 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para aprovação, minuta do Acordo de Parceria a celebrar entre o Centro de Recuperação e Integração de Abrantes e a Câmara Municipal de Abrantes, no âmbito da Equipa Local de Intervenção (ELI) de Abrantes/Sardoal/Mação do Sistema Nacional de intervenção Precoce da Infância (SNIPI), no valor de 7.585,20€ (sete mil quinhentos e oitenta e cinco euros e vinte cêntimos), correspondente ao valor anual do vencimento a meio tempo pela tabela das I.P.S.S. de um(a) Terapeuta (ocupacional da fala ou Fisioterapeuta) integrado (a) na ELI e dos respetivos encargos sociais.- 86081

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a referida minuta, delegando-se poderes na Presidente da Câmara para a sua assinatura.

DEPARTAMENTO DE INTERVENÇÃO SOCIAL

Divisão de Educação e Ação Social

Nº 23 - Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, Rui Serrano, remetendo para aprovação, o relatório final de análise das propostas apresentado ao concurso público para aquisição de serviços para circuitos especiais de transportes escolares do concelho de Abrantes para o ano letivo de 2012/2013. - 70367

Deliberação: Por unanimidade, aprovar todas as propostas para efeitos de adjudicação, de acordo com o referido relatório final.

Aos respetivos serviços para os devidos efeitos.

Celso
21

Nº 24 - Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, Rui Serrano, remetendo para aprovação, o seu despacho datado de 8 de agosto de 2012, que aprovou a atribuição dos auxílios económicos a alunos carenciados para o ano letivo 2012/2013 (1ª fase), no valor total de 19.557,30€, cujas verbas serão transferidas para os respetivos agrupamentos escolares. - 85356

Deliberação: Por unanimidade, ratificar o referido despacho do vereador e vice-Presidente da Câmara, Rui Serrano.



Nº 25 - Para conhecimento, a Presidente da Câmara, na sequência de uma informação da Divisão de Educação e Ação Social, datada de 7 de agosto de 2012, dá conta do seu despacho datado de 10 de agosto de 2012, a autorizar que o horário de atendimento ao público no Serviço de Ação Social se passe a realizar diariamente das 9h00 às 12h30, ficando o período da tarde destinado aos procedimentos inerentes à avaliação das situações e monitorização das respostas em curso, salvaguardando-se o atendimento a qualquer hora das situações de violência doméstica ou consideradas de emergência social. - 85138

Tomado conhecimento.



Divisão de Desporto e Juventude

Nº 26 - Proposta de Deliberação do Vereador e vice-Presidente da Câmara, Rui Serrano, na sequência de uma informação do Chefe da Divisão de Desporto e Juventude, remetendo para aprovação, o pagamento da 2ª tranche do programa de Apoio às Associações Desportivas - Findesp 2010/2011, às seguintes Associações: - 84327

- Clube de Ténis de Abrantes - 837,50€;
- Amadores de Pesca de Abrantes - 871,88€;
- Associação Cultural, Desportiva e Recreativa "Os Lobos" de Carvalhal - 250,00€.

Mais informa que relativamente à Associação Team Baeta, encontram-se em falta documentos para regularizar o processo do referido programa.

Deliberação: Por unanimidade, aprovar o pagamento da 2ª tranche do programa de Apoio às Associações Desportivas - Findesp 2010/2011, nos termos da referida informação do Chefe da Divisão de Desporto e Juventude.

Cota
h1

Nº 27 - Proposta de Deliberação do vereador Manuel Jorge Valamatos, referente a uma informação da Divisão de Desporto e Juventude, acerca do pedido da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Constância, para apoio à realização de atividades no "Campo de Férias sem Fronteiras", com isenção do pagamento das respetivas taxas, designadamente: - 84772

- Utilização da piscina municipal, nas tardes dos dias 16 e 29 de agosto e na manhã do dia 04 de setembro de 2012;
- Realização de uma atividade noturna no interior do Castelo de Abrantes, nos dias 18 e 25 de agosto e 07 de setembro de 2012, entre as 21,00 e as 23,30 horas.

Deliberação: Por unanimidade, aprovar o apoio à realização de atividades no "Campo de Férias sem Fronteiras", nos termos solicitados.

Aos respectivos serviços para os devidos efeitos.



Nº 28 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para aprovação, minuta do protocolo de cooperação a celebrar entre o Município de Abrantes e a Associação de Nadadores dos Estoris, referente à realização do 10º Challenger 10 Km Open Water, no dia 1 de Setembro de 2012, cabendo ao município uma comparticipação financeira, no valor de 2.000€ (dois mil euros). - 83358

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a referida minuta, delegando-se poderes na Presidente da Câmara para a sua assinatura.



Nº 29 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, respeitante a uma informação da Divisão de Desporto e Juventude, na sequência do pedido da Cistus - Associação Juvenil de Apoio ao Desenvolvimento, a solicitar o adiantamento de 50% do apoio atribuído no âmbito do Finjovem 2012 - Linha 2, ao evento Efeito Borboleta, a realizar nos dias 7 e 8 de setembro de 2012, em Tramagal, Abrantes.
Mais informa que o valor de adiantamento de 50% perfaz o montante de 1.750,00€ (mil setecentos e cinquenta euros). - 85428

Deliberação: Por unanimidade, aprovar o adiantamento de 50% do apoio atribuído no âmbito do Finjovem 2012 - Linha 2, ao evento Efeito Borboleta, no montante de 1.750,00€ (mil setecentos e cinquenta euros), de acordo com a referida informação da Divisão de Desporto e Juventude.

À Divisão Financeira para proceder em conformidade.

DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO

Cota
Fl.

Divisão de Manutenção e Transportes

Nº 30 - Proposta de Deliberação do Vereador Manuel Jorge Valamatos, na sequência do pedido da Junta de Freguesia de Alferrarede, a solicitar a cedência gratuita dos autocarros municipais para o dia 9 de setembro de 2012, para transportar idosos que irão participar no XX Encontro da Terceira Idade, de Alferrarede. - 84283

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a cedência dos autocarros municipais, com isenção do pagamento das respetivas taxas.

Aos respetivos serviços para os devidos efeitos.



Divisão de Projetos e Empreitadas

Nº 31 - Para conhecimento, o Vereador e Vice-Presidente da Câmara, Rui Serrano, apresentou o ofício com a refª 0501201247/20271606 da PT Comunicações, S.A., datado de 18 de abril de 2012, a remeter relatórios referentes ao ano de 2012, da medição e monitorização dos níveis de intensidade dos campos eletromagnéticos resultantes da emissão de estações de Teledifusão Digital (TDT), instalados no Município de Abrantes. - 71803

Tomado conhecimento.



Nº 32 - Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, Rui Serrano, referente à informação nº 139 da Divisão de Projetos e Empreitadas, datada de 31 de julho de 2012, referindo que no âmbito do desenvolvimento da empreitada de "Construção do Centro Escolar de Alferrarede", apurou-se o valor de 15.400,00€ (quinze mil e quatrocentos euros), relativo a trabalhos a menos, na sequência de decisão superior, tomada nos termos do artigo 379.º do CCP – Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008 de 29 de janeiro na atual redação.

Mais informa que estes trabalhos serão refletidos na conta final da empreitada, que será elaborada oportunamente.

Deliberação: Por unanimidade, aprovar o valor de 15.400,00€ (quinze mil e quatrocentos euros), relativo a trabalhos a menos da empreitada de "Construção do Centro Escolar de Alferrarede", nos termos da referida informação nº 139 da Divisão de Projetos e Empreitadas.

Detalhe
Fl.

Nº 33 - Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, Rui Serrano, referente à informação nº 140 da Divisão de Projetos e Empreitadas, datada de 31 de julho de 2012, referindo que no âmbito do desenvolvimento da empreitada de "Construção de Arruamento Envolvente ao Centro Escolar de Alferrarede, entre a Avenida Dr. Mário Soares e a Rua Prof. Raimundo Mota - Abrantes", apurou-se o valor de 3.100,50€ (três mil e cem euros e cinquenta cêntimos), relativo a trabalhos a menos, na sequência de decisão superior, tomada nos termos do artigo 379.º do CCP – Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008 de 29 de janeiro na atual redação.

Mais informa que estes trabalhos serão refletidos na conta final da empreitada, que será elaborada oportunamente.

Deliberação: Por unanimidade, aprovar o valor de 3.100,50€ (três mil e cem euros e cinquenta cêntimos), relativo a trabalhos a menos da empreitada de "Construção de Arruamento Envolvente ao Centro Escolar de Alferrarede, entre a Avenida Dr. Mário Soares e a Rua Prof. Raimundo Mota - Abrantes", nos termos da referida informação nº 140 da Divisão de Projetos e Empreitadas.



Nº 34 - Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, Rui Serrano, referente à informação nº 141 da Divisão de Projetos e Empreitadas, datada de 31 de julho de 2012, acerca da vistoria efetuada à empreitada de "Construção Centro Escolar de Alferrarede", adjudicada à sociedade Ladário – Sociedade de Construções, Lda., para efeitos de receção provisória.

Deliberação: Por unanimidade, aprovado o auto de receção provisória, devendo-se proceder à elaboração da conta da empreitada, nos termos do disposto nos artigos 399º e seguintes Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei Nº 18/2008, de 29 de Janeiro.



Nº 35 - Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, Rui Serrano, referente à informação nº 142 da Divisão de Projetos e Empreitadas, datada de 31 de julho de 2012, acerca da vistoria efetuada à empreitada de "Construção de Arruamento Envolvente ao Centro Escolar de Alferrarede, entre a Avenida Dr. Mário Soares e a Rua Prof. Raimundo Mota - Abrantes", adjudicada à sociedade Ladário – Sociedade de Construções, Lda., para efeitos de receção provisória.

Deliberação: Por unanimidade, aprovado o auto de receção provisória, devendo-se proceder à elaboração da conta da empreitada, nos termos do disposto nos artigos 399º e seguintes Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei Nº 18/2008, de 29 de Janeiro.

Nº 36 - Proposta de Deliberação do vereador e vice-Presidente da Câmara Rui Serrano, referente à informação nº 144 da Divisão de Projetos e Empreitadas, datada de 06 de agosto de 2012, acerca da conta final definitiva da empreitada de "Requalificação da Escola Básica 2,3 D. Miguel de Almeida - Abrantes", adjudicada a Tecnorém - Engenharia e Construções, S.A., que se transcreve:

Valor da adjudicação (preço contratual)	3.238.577,09€
Trabalhos a menos	163.599,52€
Trabalhos Contratuais Realizados	3.074.977,57€
Revisão de Preços	146.676,65€
Total	3.221.654,22€

Deliberação: Por unanimidade, aprovada a conta final definitiva da referida empreitada, elaborada nos termos do artigo 399º do Decreto-Lei Nº 18/2008, de 29 de Janeiro.

À Divisão de Projetos e Empreitadas para proceder em conformidade.



Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística

Nº 37 - Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, Rui Serrano, na sequência de uma informação do SOT/SIG da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, datada de 11 de junho de 2012, que remete para aprovação, proposta de atribuição e alteração de toponímia e nºs de polícia no Bairro genericamente conhecido de São José Operário, Rua de São José Operário e Travessa de São José Operário, de modo a clarificar uma contradição entre a deliberação de Câmara de 29.11.1993 e a deliberação de Câmara de 26.03.2001. - 78055

Deliberação: Por unanimidade, emitir parecer favorável às alterações de Toponímia e de Número de Polícia dos três blocos de habitação coletiva, sitos no Bairro acima mencionado, que hoje estão associados à Rua de São José Operário, passando esta a designar-se naquele local de Praceta de São José Operário.

Proceder à notificação dos proprietários de todas as frações dos referidos blocos, bem como comunicar a decisão à Junta de Freguesia de Rossio ao Sul do Tejo (não obstante a sua colaboração neste processo), para conhecimento e devidos efeitos.

À Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística para os devidos efeitos.

C. Serrano
Q1

Nº 38 - Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, Rui Serrano, respeitante à informação nº 92/2012 do Serviço Municipal de Proteção Civil, datada de 03 de julho de 2012, na sequência do pedido de parecer, no âmbito do licenciamento para reflorestação de eucaliptos, solicitado por Portucel Soporcel Florestal, S.A.

Tendo em conta a legislação em vigor para o caso específico, nomeadamente o Dec. Lei 139/89, cabe ao município, emitir parecer sobre a ação de destruição do revestimento, aterro ou escavação do terreno uma vez que a área pretendida é inferior a 50 Ha, mas existe contínuo de plantação da mesma espécie superior a esta área.

Por este facto pode emitir parecer para as ações de destruição do revestimento vegetal, que não tenha fins agrícolas, bem como as ações de aterro e escavação que conduzam à alteração do relevo natural e das camadas do solo arável, art.º. 1 alínea a) e b) do Dec. Lei 139/89.

O pedido solicitado compreende a modelação do terreno numa área de 6,5 Ha, sito em casal do está Feito, na freguesia de Alvega, Abrantes, pelo que não vê inconveniente na emissão do parecer favorável para a ação de modelação do solo, considerando que a área pretendida está em contínuo com outras plantações da mesma espécie.

Considerando a legislação em vigor para o caso específico, nomeadamente o Dec. Lei 175/88, cabe ao município emitir parecer para plantação e ou reflorestação mas considerando o contínuo das espécies não se vê inconveniente na emissão do parecer favorável para o ato requerido conforme solicitado pela referida empresa. - 28818

Deliberação: Por unanimidade, emitir parecer favorável quanto à ação de modelação do solo, nos termos da referida informação nº 92/2012 do Serviço Municipal de Proteção Civil.

Aos respetivos serviços para os devidos efeitos.



Nº 39 - Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, Rui Serrano, respeitante à informação nº 105/2012 do Serviço Municipal de Proteção Civil, datada de 02 de agosto de 2012, na sequência do pedido de parecer, no âmbito do licenciamento para reflorestação de eucaliptos, solicitado por Portucel Soporcel Florestal, S.A.

Tendo em conta a legislação em vigor para o caso específico, nomeadamente o Dec. Lei 139/89, cabe ao município, emitir parecer sobre a ação de destruição do revestimento, aterro ou escavação do terreno uma vez que a área pretendida é inferior a 50 Ha, e não existe continuidade da mesma espécie.

Por este facto pode emitir licenciamento para as ações de destruição do revestimento vegetal, que não tenha fins agrícolas, bem como as ações de aterro e escavação que conduzam à alteração do relevo natural e das camadas do solo arável, art.º. 1 alínea a) e b) do Dec. Lei 139/89.

O pedido solicitado compreende a modelação do terreno numa área de 6,36 Ha, sito em casal do António, Artigo 1 Secção A-AB1, freguesia do Pego, Abrantes, pelo que não vê inconveniente na emissão do licenciamento para a ação de modelação do solo, considerando que a área pretendida está em contínuo com outras plantações da mesma espécie.

Considerando a legislação em vigor para o caso específico, nomeadamente o Dec. Lei 175/88, cabe ao município emitir parecer para plantação e ou reflorestação mas considerando o

descontínuo da espécie não se vê inconveniente na emissão de licenciamento favorável para o ato requerido conforme solicitado pela referida empresa. - 84376

Ata

Deliberação: Por unanimidade, emitir licenciamento favorável à pretensão, nos termos da referida informação nº 105/2012 do Serviço Municipal de Proteção Civil.

Fl.

Aos respetivos serviços para os devidos efeitos.



Nº 40 - Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, Rui Serrano, respeitante à informação nº 106/2012 do Serviço Municipal de Proteção Civil, datada de 02 de agosto de 2012, na sequência do pedido de parecer, no âmbito do licenciamento para reflorestação de eucaliptos, solicitado por Altriflorestal.

Tendo em conta a legislação em vigor para o caso específico, nomeadamente o Dec. Lei 139/89, cabe ao município, emitir parecer sobre a ação de destruição do revestimento, aterro ou escavação do terreno uma vez que a área pretendida é inferior a 50 Ha, mas existe contínuo de plantação da mesma espécie superior a esta área.

Por este facto pode emitir parecer para as ações de destruição do revestimento vegetal, que não tenha fins agrícolas, bem como as ações de aterro e escavação que conduzam à alteração do relevo natural e das camadas do solo arável, art.º. 1 alínea a) e b) do Dec. Lei 139/89.

O pedido solicitado compreende a modelação do terreno numa área de 15,5 Ha, sito em Perna Seca, na freguesia de Bemposta, Abrantes, pelo que não vê inconveniente na emissão do parecer favorável para a ação de modelação do solo, considerando que a área pretendida está em contínuo com outras plantações da mesma espécie.

Considerando a legislação em vigor para o caso específico, nomeadamente o Dec. Lei 175/88, cabe ao município emitir parecer para plantação e ou reflorestação mas considerando o contínuo das espécies não se vê inconveniente na emissão do parecer favorável para o ato requerido conforme solicitado pela referida empresa. - 84654

Deliberação: Por unanimidade, emitir parecer favorável quanto à ação de modelação do solo, nos termos da referida informação nº 106/2012 do Serviço Municipal de Proteção Civil.

Aos respetivos serviços para os devidos efeitos.



Nº 41 - Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, Rui Serrano, referente a uma informação da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, datada de 20 de junho de 2012, acerca do pedido da firma Triperu – Sociedade de Produção e Comercialização de Aves, S.A., a solicitar a prorrogação do prazo para requerer a emissão do alvará de licença, referente à construção de uma unidade de produção avícola, em Valeira Baixa, freguesia de Bemposta, Abrantes. – 110/09

Deliberação: Por unanimidade, conceder a prorrogação do prazo de um ano, para requerer a emissão do alvará de licença, conforme disposto no nº 2 do artigo 76º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, na atual redação.

Informar a requerente que de acordo com o mesmo artigo, a prorrogação será concedida uma única vez.

À Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística para os devidos efeitos.



Nº 42 - Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, Rui Serrano, na sequência de uma informação do Diretor do Departamento de Obras e Urbanismo, datada de 20 de julho de 2012, sugerindo a caducidade da licença referente ao processo nº 1149/04, em nome de Nunes, Alves & Martins, Lda, nos termos da alínea a) do nº 3 do artigo 71º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de Dezembro, na sua redação de 2001.

Proposta de Deliberação: deve proceder-se à audiência escrita da interessada, nos termos dos Artigos 100º e 101º do Código do Procedimento Administrativo, dando-se-lhe conhecimento do sentido provável da deliberação final, uma vez que é intenção da Câmara:

- Declarar a caducidade da licença referente ao processo nº 1149/04, nos termos da alínea a) do nº 3 do artigo 71º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação de 2001, de acordo com a referida informação do Diretor do Departamento de Obras e Urbanismo, datada de 20 de julho de 2012.

Pode a interessada pronunciar-se no prazo de 10 dias, podendo consultar o processo nos serviços municipais, na Praça Raimundo Soares, entre as 9.00 e as 16.00 horas.



Nº 43 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, na sequência de uma informação do Diretor do Departamento de Obras e Urbanismo, datada de 09 de agosto de 2012, sugerindo a caducidade da licença referente ao processo nº 757/07, em nome de Margarido & Dias, Lda., nos termos da alínea a) do nº 3 do artigo 71º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de Dezembro, na sua redação de 2001.

Deliberação: Por unanimidade, deve proceder-se à audiência escrita da interessada, nos termos dos Artigos 100º e 101º do Código do Procedimento Administrativo, dando-se-lhe conhecimento do sentido provável da deliberação final, uma vez que é intenção da Câmara:

- Declarar a caducidade da licença referente ao processo nº 757/07, nos termos da alínea a) do nº 3 do artigo 71º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação de 2001, de acordo com a referida informação do Diretor do Departamento de Obras e Urbanismo, datada de 09 de agosto de 2012.

Pode a interessada pronunciar-se no prazo de 10 dias, podendo consultar o processo nos serviços municipais, na Praça Raimundo Soares, entre as 9.00 e as 16.00 horas.



Nº 44 - Em anexo, relação de processos da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, despachados pelo vereador Rui Serrano, ao abrigo das competências que lhe foram subdelegadas pela Presidente da Câmara.



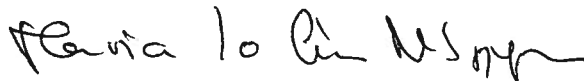
Encerramento da Reunião

E não havendo mais assuntos a tratar, a Presidente declarou a reunião encerrada pelas dezasseis horas e vinte e cinco minutos.

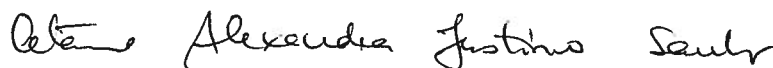
De tudo para constar se lavrou a presente ata, que se encontra aprovada, inclusive por minuta as deliberações, com exceção das intervenções dos elementos do executivo não determinantes de deliberação.

A Chefe da Divisão Administrativa e de Modernização a redigiu e também a assina.

A PRESIDENTE DA CÂMARA



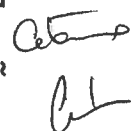
A CHEFE DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA E DE MODERNIZAÇÃO



Relação dos processos para a Reunião de Câmara de 2012/08/20

PROCESSO			REQUERIMENTO			REQUERENTE, RESIDENCIA	DESCRIÇÃO, LOCAL DA OBRA	DESPACHO, DELIBERAÇÃO		
Tip	Número	Data	Tipo	Número	Data			Número	Tip	Data
05.01	06000894	2006/11/22	LICOB	06003421	2006/11/22	MARIA MANUELA CONCEICAO PEREIRA VALENTIM REPOLHO RUA 1.º MAIO, N.º30 3.ºDRT.º	ampliação moradia RUA DAS AMOREIRAS ALVEGA	12000271	DES	2012/08/02
							2012.07.31:Admíte-se comunicação prévia.			
04.06	07000058	2007/01/30	LICOB	07000306	2007/01/30	MARGARIDO & DIAS, LDA AV. DA EUROPA, LOTE 37-B, ESCRITORIO 4	construção bloco de apartamentos urbanização Quinta dos pinheiros, lote 8	12000260	DES	2012/07/30
							26.07.2012 - Deferido (prorrogação).			
04.01	07000450	2007/06/25	LICOB	07001907	2007/06/25	JORGE MANUEL ROSA BENTO RUA BERNARDINO MACHADO N.º 8-1.ºA SACAVEM	ampliação moradia RUA DA SOCIEDADE CHAIÇA	12000282	DES	2012/08/07
							31.07.2012 Aprovado nos termos propostos.			
04.06	07000756	2007/10/12	AUTOBEDI	07003139	2007/10/12	MARGARIDO & DIAS, LDA AV. DA EUROPA, LOTE 37-B, ESCRITORIO 4	construção Moradia e anexo RUA DA INDUSTRIA LOTE 6	12000273	DES	2012/08/03
							31.07.2012 Na ausência da Sr. Presidente da Câmara-Deferido.			
06.03	08000582	2008/10/28	RJE	08003659	2008/12/17	JOSE MIGUEL FLOR COVAO PUCARICA	alteração moradia ESTRADA MUNICIPAL 544 - PUCARICA	12000277	DES	2012/08/03
							2012.08.01:deferido			
04.01	09000043	2009/02/02	RJE	09000748	2009/04/22	JORGE MANUEL FERREIRA LUIS CANTO DAS FROIAS, N.º 5	construção moradia Urbanização das Tangelhanas, lotes 15 e 17	12000281	DES	2012/08/07
							31.07.2012 Deferido.			
06.01	09000135	2009/04/02	APROJESP	09001935	2009/10/16	JOAO MANUEL FILIPE OLIVEIRA BRAGANCA AVENIDA 14 DE JUNHO N.º 605 BLOCO C 2.ºF	ampliação moradia Estrada Principal Arreciadas	12000292	DES	2012/08/14
							No uso das competências que me foram subdelegadas, defiro o pedido de Autorização de Utilização. Nota as SMA: o presente licenciamento assistiu a alterações de cor de			
04.02	09000139	2009/04/03	RJE	09000849	2009/05/11	CENTRO SOCIAL E DESPORTIVO RECREATIV- PORTELA. RUA DO ZEZERE, N.º 12	construção anexo PORTELA	12000295	DES	2012/08/14
							2012.08.10:Deferido			

*** processado por computador ***
*** sistemas informáticos ***



Relação dos processos para a Reunião de Câmara de 2012/08/20

PROCESSO			REQUERIMENTO		REQUERENTE, RESIDENCIA	DESCRIÇÃO, LOCAL DA OBRA	DESPACHO, DELIBERAÇÃO		
Tip	Número	Data	Tipo	Número			Número	Tip	Data
06.01	09000241	2009/06/08	LICOR	09001049	2009/06/08	0118489020 MANUEL DOMINGOS GASPAR AVENIDA DO PAIOL, N.º 724 BARREIRAS DO TEJO	12000280	DES	2012/08/07
01.08.2012 Aprovado e deferido.							T E O R		
04.01	09000257	2009/06/18	LICOR	09001106	2009/06/18	0201617048 TERESA DA CONCEIÇÃO LOPES RUIVO MIGUEL BECO DA PALMEIRA, N.º 119 Chaiça	12000296	DES	2012/08/14
08.08.2012;Aprovado projecto de alterações.							T E O R		
05.01	09000265	2009/06/25	LICOR	09001144	2009/06/25	0112726674 LUIZ MANUEL DA COSTA PICO RUA PRINCIPAL PUCARICA	12000284	DES	2012/08/07
01.08.2012 Aprovado nos termos propostos.							T E O R		
05.01	09000567	2009/11/23	RJE	10000567	2010/04/07	0111305535 MARIA FERNANDA GONCALVES ROLDÃO TOCHA RUA SANTA IRIA N.º 32 4.º DPO SANTA MARIA DOS OLIVAIS	12000276	DES	2012/08/03
2012.07.31:Deferido							T E O R		
06.09	10000023	2010/01/15	LICOR	10000081	2010/01/15	0205993443 SANDRA ISABEL BARREIROS ROLDÃO MAIA PITA DE AVENIDA 25 DE ABRIL N.º 23	12000272	DES	2012/08/03
02.08.2012 Admita-se as alterações na comunicação prévia.							T E O R		
04.01	10000265	2010/06/30	LICOR	10001119	2010/06/30	0228561981 NUNO FILIPE DOS SANTOS GARRINHAS TRAVESSA DA PORTELA, N.º 1 MONTE GALEGO	12000275	DES	2012/08/03
31.07.2012 Na ausência da Sr. Presidente da Câmara.Deferido.							T E O R		
05.03	10000307	2010/07/30	RJE	10001972	2010/11/05	0152593365 ARMINDO LENTO ALMIRANTE RUA DAS ÁGUAS BEIAS N.º 690 ROSSIO AO SUL DO TEJO	12000274	DES	2012/08/03
31.07.2012 Concorde.Prossiga em conformidade.							T E O R		
06.01	10000377	2010/09/10	RJE	10002187	2010/12/13	0501214534 BPI, S. A. RUA TENENTE VALADIM, 284	12000266	DES	2012/08/01
2012/07/31: Deferido nos termos proposto.							T E O R		

*** processado por computador ***
*** sistemas informáticos ***

Relação dos processos para a Reunião de Câmara de 2012/08/20

PROCESSO			REQUERIMENTO			REQUERENTE, RESIDENCIA			DESCRIÇÃO, LOCAL DA OBRA			DESPACHO, DELIBERAÇÃO		
Tip	Número	Data	Tipo	Número	Data							Número	Tip	Data
05.01	10000392	2010/09/17	LICOB	10001670	2010/09/17	0500851085	CENTRO SOCIAL DE ALFERRAREDE RUA DE DIU, 2				ampliação centro de dia RUA DA GOA ALFERRAREDE	12000269	DES	2012/08/01
						cm00003358					2012.07.31:Deferido.		T E O R	
05.03	10000394	2010/09/20	LICOB	10001673	2010/09/20	0105717215	MARIA HELENA MARQUES ROSA MARCÃO BECO DA VINHA, N.º 41				ampliação moradia BECO DA VINHA, N.º 41	12000279	DES	2012/08/07
						cm00018129	PEGO						T E O R	
06.03	10000396	2010/09/20	REALV	11000120	2011/01/27	0503031259	ALCAPREDIAL - INVESTIMENTOS IMOBILIARIOS, S.A. LUGAR DO MARUJO BUGALHOS				alteração edifício comercial/ prestação de serviço ESTRADA NACIONAL 118	12000285	DES	2012/08/07
						cm00007465					2012.08.06:No uso das competências que me foram sub-delegadas, difiro o pedido de autorização de utilização.		T E O R	
06.03	10000463	2010/11/03	RUE	11000184	2011/02/17	0501548548	LUIS AMARAL DUARTE LDA RUA ENGENHEIRO MANUEL				alteração edifício comercial/ prestação de serviço Rua Eng. Manuel Tramagal	12000286	DES	2012/08/07
						cm00011925					06.08.2012 Proceder em conformidade com as informações técnicas.		T E O R	
08.01	10000517	2010/12/10	RUE	10002228	2010/12/20	0189805293	SONIA RIBEIRO LOURENÇO NOBRE RUA VIRGILIO MARTINHO, 16 R/C DTO PELJO				reconstrução moradia RUA 1.º DE MAIO/TRAVESSA ALVEGA-MONTE GALEGO	12000290	DES	2012/08/13
						cm00018818					2010.08.08: Aprovado nos termos da informação. 2012.08.08: Aprovado nos termos da informação.		T E O R	

*** processado por computador ***
*** sistemas infoRje ***